



Atena
Editora
Ano 2021

Processos em Gestalt-terapia: casos clínicos, ensaios teóricos

Lázaro Castro Silva Nascimento
Kamilyly Souza do Vale
(Organizadores)



Atena
Editora
Ano 2021

Processos em Gestalt-terapia: casos clínicos, ensaios teóricos

Lázaro Castro Silva Nascimento
Kamilyly Souza do Vale
(Organizadores)

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Natália Sandrini de Azevedo

Daphynny Pamplona

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2021 Os autores

Copyright da edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Processos em Gestalt-terapia: casos clínicos, ensaios teóricos

Diagramação: Natália Sandrini de Azevedo
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Indexação: Gabriel Motomu Teshima
Revisão: Isadora Bonfim Nuto
Organizadores: Lázaro Castro Silva Nascimento
Kamilly Souza do Vale

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P963 Processos em Gestalt-terapia: casos clínicos, ensaios teóricos / Organizadores Lázaro Castro Silva Nascimento, Kamilly Souza do Vale. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-637-6

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.376212710>

1. Gestalt-terapia. I. Nascimento, Lázaro Castro Silva (Organizador). II. Vale, Kamilly Souza do (Organizadora). III. Título.

CDD 618.9289143

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

Com amor,
à Helena Vale (*in memoriam*)

PREFÁCIO

Ater-me à linguagem de uma obra, naquilo que posso apresentá-la ou presentá-la, implica, antes de qualquer exposição minha, na humilde assunção da linguagem como senhora última de nossa construção e abertura ao mundo. Assim, olhar e dizer estão carregados de uma implicação hermenêutica, à medida que como seres humanos somos linguagem e mundo em interatividade transformadora. O desafio hermenêutico se constitui na produção de exatidão de sentidos: aqueles que repousam sobre a produção – intencionando quem lê; sobre os autores – intencionando seus objetos e, para muito além, o sentido transcendente imposto pela fusão da obra e leitor na necessidade de ida à escrita, aos objetos dos autores e aos próprios objetos, produzindo então novos sentidos e novas construções.

Assim, a medida exata do entendimento de quem apresenta e introduz não faz jus à qualificação que será produzida no encontro com o leitor. Sugiro que cada leitor se deixe visitar pelos vários capítulos, ingenuamente, para posteriormente consultar as possibilidades de ser a partir daí mesmo, acenando a si com novos horizontes e possibilidades. Uma das características epistemológicas da Gestalt-terapia é sua condição moldável, sua plasticidade ou flexibilidade como queiram alguns e outros que, devido a isso até mesmo chegam a considerá-la sem epistemologia. Se a episteme seria uma dimensão que aprisiona e polariza, então a Gestalt-terapia é a-epistêmica sim, e eu ousaria dizer, anti-epistêmica, por aceitar sempre a introdução de novos e diversos pensamentos, ainda que mantenha sua identidade.

Mas a tecitura dos capítulos poderá falar por si, e eu por eles em mim, ao passo que cada “apresentação” poderá, dar-se como o presente mesmo, como um prenúncio do ganho – aqueles que por vislumbre identificamos ser saciedade, o encontro do adejo no emaranho, a descoberta da preciosidade ainda mesmo sem se saber da permanência da busca; e assim dando a todo inaugural da linguagem, a certeza do instante. Dizer é fixar sentidos. Mas a palavra bem dita os torna brevemente fixos, apenas para em alguns instantes calar fundo e fazer calar para, em seguida, erigir e destruir mundos. Assim os temas se seguem e nos seguem. Vejamos.

Podemos, podemos sempre como psicoterapeutas, estudiosos, cientistas que somos, supor que a violência entre os casais (seria toda forma de violência?) está alicerçada em padrões sociais mais amplos. Mas, aqueles que testam essa hipótese e a verificam em um trabalho profícuo, esses são os gestalt-terapeutas que em grupo, no grupo e para o grupo elegem a ação efetiva de uma Gestalt-terapia que, ainda que posa estar se perdendo de sua origem grupal, guarda-se na intersubjetividade como princípio epistemológico irreversível. Assim é que *Kamilyly Souza do Vale*, no *primeiro capítulo* expõe

um de seus trabalhos com casais em situação de violência conjugal, passando brevemente pelo histórico da psicoterapia de grupo, pela história e alguns princípios da psicoterapia de grupos gestáltica, os elementos constitutivos da psicoterapia de curta duração com grupos da Gestalt-terapia, desembocando naquilo que coroa o trabalho efetivo de um gestalt-terapeuta: desfazer as possíveis formas naturalizantes de definir e vivenciar os modos de violência, nesse caso, entre o casal. É em grupo que os casais podem se ouvir, no sentido de uma escuta que é de alguém, para alguém, por algum motivo, de algum modo e, para ser refletida sobre o modo de atuar na vida com o objetivo de reconhecimento e superação.

Curiosamente, casos clínicos não são frequentemente publicados em Gestalt-terapia. A despeito da consideração dos motivos, posso afirmar que há algo de ousado em mostrá-los, comparável ao supervisionando que apresenta seu caso em um grupo novo, temeroso dos olhares, da austeridade dos colegas e da profundidade da análise do supervisor. Mas no *segundo capítulo*, *Lázaro Castro Silva Nascimento* eleva seus supervisores e colegas à potência da infinitude, quando publica o caso de Franklin. Aos poucos pode-se perceber que sua ousadia de publicação é a mesma que o fez atender Franklin, sendo o leitor lentamente agraciado com o cuidado amoroso na condução e relato do caso, ao passo que revela suas intervenções sem, contudo, restringir-se à psicopatologia ou à técnica como elementos definitivos do processo. É a *relação*, associada a um olhar tecnicamente competente, mas antes e sempre a relação a produtora de mudanças significativas. E por falar em técnica, podemos finalmente perguntar qual o papel da técnica em Gestalt-terapia? Podendo ser compreendida como uma extensão do humano ou como o aprisionamento do ser, a técnica parece desfrutar de uma condição ambígua, de mocinha e vilã, quando referente às abordagens humanistas, em função de sua herança cientificista e também do comprovado auxílio que parece promover na atuação psicoterápica. No citado caso exposto por Lázaro, o autor apresenta o “mapa de uma palavra como experimento-produção gestalt-terapêutico”, dando-lhe ao mesmo tempo uma condição técnica e experimental. É exatamente o caráter experimental (não-determinístico, intuitivo, compartilhado, entre outros aspectos) que dá ao procedimento sua condição de libertação dos ranços da técnica. Desejo que próprio leitor faça sua apreciação dessa condição.

E dentre as condições a que estamos lançados, a violência, essa dos primórdios em que o homem se registra como homem, aparece como instituinte e reguladora do poder entre pessoas, grupos e nações, e nos impõe a pergunta se teremos mesmo elucidado suas facetas, suas minúcias e, principalmente sua origem, de forma que possamos nos perguntar como contribuir para mitigá-la. É nessa direção, de contribuição para uma perspectiva distinta e, por isso mesmo, necessária que *Leda Mendes Gimbo*, no *capítulo 3* faz sua exposição, caracterizando a violência como um hábito, mas não apenas aquele que se instaura na vivência individual e sim aquele instituído por macropolíticas, como forma de dominação de sociedades e grupos inteiros. Delineando a teoria do *self* em sua condição

necessariamente fenomenológica, a autora expõe minuciosamente essa pertinência e demonstra o modo de um fenômeno social se configurar como hábito, aparecendo por fim na teoria do *self* em sua dimensão individual. Afim com essa perspectiva, o *self* é reafirmado como um sistema de contatos e não como instância, a violência é situada na dinâmica entre as funções id, ego e personalidade, mas também vinculada a hábitos introjetados e repetidos historicamente, a serviço de fracasso ou sucesso social. Surgindo dessa forma, parece impossível mitigá-la, dados os caracteres antropológico e histórico a que a violência é tributária mas, afim com o *ethos* gestáltico, a autora evoca a insubmissão e a recusa *como possibilidades libertárias e criativas* dentro de uma condição clínica, afim com princípios éticos gestálticos e propensos a não se confirmar um fazer psicológico conivente e reforçador de injustiças.

O capítulo 4, de Alberto Heller, traz-me um pensamento que há muito me acompanha e que ainda não sei exatamente como implementá-lo: está na hora de musicar a vida, a partir dos infinitos silêncios que a inauguram. Exatamente essa ideia de uma escuta do inaudível está exposta em todo o seu texto, afirmando a necessidade de interposição de sentidos ou resgate das sensações intermodais (tatear com os olhos, ouvir com o corpo, ver com os ouvidos) de se entender o ouvir para além da escuta do senso comum e do sentido comum das psicoterapias. Está instituído um modo de escutar em psicoterapia que fixa a atenção no bem-dizer, nas regras gramaticais da língua, nos modos permitidos de expressão, na semântica necessária, na lógica causal e no ritmo vigente, de forma que a dança necessária entre sons e silêncios, entre o silenciamento do psicoterapeuta e sua escuta qualificada (inclusive para o não saber o que ouvir) estão tolhidos e abolidos do processo psicoterápico. Alberto, realiza uma série de exames dos termos ouvir, escutar e auscultar, vinculando seu sentido ao estar aberto, à obediência corporal necessária para que o psicoterapeuta deixe de prioritariamente escutar a si mesmo para escutar o outro. É dessa maneira que incorpora o “estranho” ao processo psicoterápico, analogamente à música que está com as janelas abertas para ruídos e sons imprevisíveis, dando a eles abrigo como se abriga um viajante (*êthos*) e assim possibilitar a escuta do não-eu; afirmando então esse radical não-eu que se abre para onde o outro quer levar o terapeuta e não para onde esse técnico o quer conduzir. Ainda resta em aberto a clarificação daquilo a que a escuta terapêutica se refere, em que Alberto contribui com a necessidade de se fazer parte da *dança, do quadro, da música, da cena*.

Há ainda muito o que ser ouvido, e muito mais ainda a ser selecionado para ser ouvido. Afim com essa constatação *Isaura Caroline Abrantes Silva e Welison de Lima Sousa* dirigem seus ouvidos para o inaudível, o invisível, o indizível. Imagino uma situação corriqueira, ao final do dia, em que uma pessoa pergunta a outra onde ela vai, com a resposta também costumeira de um “para casa”. Como seria não ter a casa para ir? Como seria não poder morar em nenhum lugar? Apenas por imaginação poderíamos sequer nos

aproximar da vida de pessoas em situação de rua. No *capítulo 5* os autores fazem um exame da condição das pessoas em situação de rua estabelecendo relação com a clínica gestáltica, enfatizando o entendimento da rua não apenas como o lugar da falta – evidente na ausência de moradia, de alimentação, de poder econômico, de políticas públicas – e que revela a exclusão econômica e política, mas também o lugar da presença e das potências: lugar de relações sociais onde se produz junto/com. E é nessa condição que apresentam a Redução de Danos como ferramenta política para pensar a clínica do sofrimento e o fazer do Acompanhante Terapêutico para o resgate de uma dimensão ética pouco abordada em Gestalt-terapia. O propósito é a provocação de um desajustamento criador: o construir de novidades que, com o suporte do campo, dê a psicoterapeuta e paciente a presença no invisível, o deserto das representações também chamado de vazio fértil. A Gestalt-terapia precisa repensar seu fazer? Sim, na medida em que possa estar a serviço dos imperativos e pedidos neoliberais de produtividade. A clínica então, deve servir ao não servir. Haverá nesse contexto, maior serventia que essa?

A resposta sobre a serventia de uma clínica fundada no vazio fértil traz à tona outras buscas, outras possibilidades de fazer da Gestalt-terapia. É mais uma vez o contato com a emergência e dessa vez da solidão do ato terapêutico que a discussão sobre a formação, eu me digo melhor, sobre a contínua e nunca acabada transformação do gestalt-terapeuta em ser si mesmo que a *intervisão* irrompe como ato, como possibilidade e com diferenças notórias em relação aos outros campos de construção e reconstrução do gestalt-terapeuta. No *capítulo 6*, *Natascha Bravo de Conto e Dafne Thaíssa Mineguel Assis* examinam a *intervisão* e a diferenciam do processo de psicoterapia e da supervisão, apontando as singularidades que, fundamentadas em uma relação dialógica, fazem surgir o ser dos psicoterapeutas com suas características, ritmos, movimentos, singularidades e estilos próprios. É a partir de uma relação não hierarquizada, sustentada no diálogo e na troca genuína que a *intervisão* se torna esse espaço complementar da psicoterapia e da supervisão onde emergem as potências e as nuances construtoras da história e trajetória dos profissionais envolvidos. Dessa forma, a metáfora pertinente é de artistas que compartilham um trapézio e precisam equilibrar-se juntos e confiar na presença do outro para as manobras, ao mesmo tempo dotadas de destreza, mas também de saltos onde se acredita estar o outro ali, bem à mão e literalmente à mão, para ser o suporte condutor ao término do movimento. Dessa maneira beleza e risco se confirmam como necessários, mas também se sustentam na possibilidade de ser enquanto simples simetria.

E de quantas experiências precisaremos para sermos o efetivamente denominado de psicoterapeuta? Se olharmos para as pedras que compõem uma ponte, perguntaremos quem faz a suficiente sustentação: arco ou pedras? A resposta parece estar na superação da dicotomia, lugar onde pedras e arco “desaparecem” para aparecer a ponte. Assim, a partir de um caso (mais uma pedra?) é que *Lílian Vanessa Nicácio Gusmão*, no *capítulo 7*,

apresenta o acolhimento, a construção de desejos, a interlocução solidária, os sentimentos, valores e pensamentos compartilhados, apenas para recuperar uma pessoa (ou seria o próprio arco?). Uma pessoa que precisou vencer a dicotomia de ser adulto ou ser criança exatamente por, durante um longo tempo de sua vida, ter feito introjeções disfuncionais reveladas numa gastrite, na banalização da vulnerabilidade para evitação dos conflitos. Curiosamente, é no resgate e possibilidade de enfrentamento dos conflitos que o paciente de Lílian pode se expressar, e passar pela efetiva experiência de inclusão no colo da psicoterapeuta, lugar de cuidado e de segurança, onde pode também experienciar-se de forma plena. Experiências traumáticas são revisitadas por Lílian e seu paciente, atualizadas na dimensão do aqui e agora, conferindo a possibilidade do apoderamento de si mesmo. Sim, o leitor verá como o arco e as pedras desapareceram; vislumbrará apenas a ponte, quer seja figura a terapeuta, o cliente ou, ainda quem sabe, tudo isso junto.

E dessa noção de fixidez instalada em nossa necessidade de estabilização do mundo, perdemos a dimensão da unicidade quando somos obrigados a nos “desterritorializar”. A maioria de nós não sabe o que efetivamente é ser um estrangeiro, experienciar a perda de cidadania e de direitos em seu país de origem e novamente ser submetido a essa experiência no país onde se pediu abrigo. Com uma contribuição de combate a essas vivências, *Elis Moura Marques* no *capítulo 8* aborda a experiência de pessoas migrante e refugiadas venezuelanas no Brasil. Entender as dificuldades e sofrimentos, aquelas inerentes a toda e qualquer pessoa em estado de crise, é uma tarefa inerente ao gestalt-terapeuta; e é ainda mais sua tarefa compreender as especificidades sofridas em cada situação particular de sofrimento, com o objetivo de tornar, por um lado, mais apropriada a ação de cuidado, por outro, mais artístico nosso trabalho, no sentido de fazermos uma adaptação do conhecimento geral e sistemático à unicidade e singularidade daquele que se nos apresenta. Através do relato de três situações clínicas, Elis nos coloca em contato próximo à experiência de sofrimento dos venezuelanos refugiados no Brasil. Importante ressaltar o modo como aproxima a necessidade de uso do conhecimento gestáltico no trabalho com essas pessoas, através inicialmente do resgate histórico de desterritorialização experienciada por Perls e Laura, através da apropriação do fazer gestáltico como de um cuidador dos vínculos e das relações antropológicas. É assim o estabelecimento de auxílio para a restituição da autonomia perdida pela xenofobia, caráter agravador de sofrimentos anteriores e inerentes a todo e qualquer ser humano, mas que nos preconceitos impostos é potencializado e faz subsumir aspectos saudáveis desse outro em generalizações desqualificantes.

Entendo ser necessário aprender para estar com o diferente, o novo e o inusitado e, nessa perspectiva, a aprendizagem, objeto de estudo de tantas facetas, tem uma leitura particularmente gestáltica no *capítulo 9*, quando *Ana Karina El Messane* examina os impedimentos de caráter afetivo presentes no processo de aprendizagem. A confluência,

um dos modos de impedimento do contato, é considerada naquilo que gera dificuldade no aprendiz em ser o autor de seu próprio pensamento. Articulando as formas de evitação do contato com a Epistemologia Convergente, com a Gestalpedagogia como forma de Epistemologia Integrativa, Ana Karina apresenta um caso onde demonstra a forma como o conhecimento é fruto da relação, da experiência vivida onde sujeito, objeto, eu, outro e mundo caminham lado a lado, mas para além disso, transcendem as dicotomias entre partes-todo, exatamente por ser dotado de interconexões da ação humana com o ambiente, os processos sócio-históricos e a cultura. Nota-se o modo como os pais de seu paciente puderam compreender seu lugar e seu papel de confirmadores do filho, dedicando-se à nutrição emocional, imprescindível para revelar o escutar, o ver, o pensar, o refletir como processos fundamentais da aquisição de autonomia para a criança ser construtora não apenas do conhecimento próprio, mas de sua própria vida. A dimensão emocional torna-se assim o objetivo fundamental da aprendizagem como forma de integrar corpo e emoções com o processo cognitivo. Mais uma vez, em uma dimensão educacional, poderá o leitor perceber que a integração se torna o princípio e fim do processo de criação, sustentação e crescimento humanos.

Se a integração aqui e ali se apresenta como um elo necessário de toda ação em psicoterapia, particularmente o fluxo, esse deixar-se conduzir junto com, sem jamais ser meramente passivo, essa arte do encontro consigo e com a própria vida que sempre se revela no outro, adquire novas roupagens quando a criatividade é sentida sob a pena de *Wanne de Oliveira Belmino*, no capítulo 10. Acredito ser o capítulo que ilustra de maneira integrada a necessidade que se articulem fluxo e criação, onde o ser cíclico do feminino é necessariamente considerado. Wanne, de maneira artística e reflexiva, olha para seu próprio fluir, seu modo cíclico de estar no mundo e em si mesma. O feminino que há em todos nós – negado sob a visão machista – precisa ser reconsiderado a partir daquelas detentoras de maior pertinência nesse dizer: as próprias mulheres. E como mulher Wanne reflete sobre um aspecto às mulheres concedido, o de substituição do masculino, mas sendo ele mesmo impeditivo da aparição de suas singularidades, ao passo que faz emanar a rigidez típica do masculino. Como consequência, o adoecimento, a discriminação salarial, as pressões sociais, a precarização do trabalho e o acúmulo de tarefas eclodem em uma dimensão ambígua: se por um lado confirmam o “avanço” feminino em suas conquistas, por outro a solapam peculiaridade desse feminino e negam o reconhecimento da dimensão cíclica de suas energias físicas e psíquicas. É urgente reestabelecer um fluxo saudável, resgatando assim as múltiplas partes do feminino que dialoga sabiamente com a noção de crescimento em Gestalt-terapia, tendo exemplarmente no período menstrual uma importante metáfora da autorregulação orgânica. Ficar no vazio, permitir-se o contato, o emergir de algo, ainda que embrionário, fluir com o emergente e transfigurá-lo em expressões significativas, respeitando a própria criação e em direção a algo integrador e

complementar: eis o processo criativo em sua ciclicidade. O nada se apresenta como prehe de possibilidades e estas anunciam e completam o ser.

Essa obra então se configura por esses dez capítulos, dez convites, dez diálogos em integração. As experiências de seus autores (ex-peri-ência: sair de seu próprio ser) adquirem maior sentido quando revelados na forma de escritas, na maioria delas dizendo “olha o que eu vivi” e imediatamente se transformando em vivência do leitor, se atualizando na possibilidade de novos vividos. A experiência sugere a repetição, a vivência inaugura a singularidade e o novo. Assim, leitor e autores se integram na permissão dada de experiência e vivência. Enquanto linguagem, nos expressamos nas palavras, no corpo e na transcendência dessas dimensões a que preferimos sempre chamar de “ser”.

Silverio Karwowski

setembro de 2021.

Mestre em Psicologia Clínica pela PUC-Campinas, Gestalt-terapeuta pelo Instituto Sedes Sapientiae de São Paulo, Psicólogo e Licenciado em Psicologia pela UFU, autor do livro Gestalt-terapia e Fenomenologia, Diretor do IGC – Instituto Gestalt do Ceará e professor universitário.

APRESENTAÇÃO







Movidos pelo desejo de dar continuidade ao objetivo de fomentar espaços de interlocuções entre profissionais de diferentes regiões do Brasil e que tem a abordagem gestáltica como suporte teórico, apresentamos o livro *Processos em Gestalt-terapia: casos clínicos, ensaios teóricos*. A proposta desta obra contempla a díade teoria-prática através dos escritos que são frutos de reflexões e experiências vivenciadas pelas autoras e pelos autores. Cada um com sua bagagem profissional e visão de mundo configurando um espaço de troca, construção de conhecimento e compartilhamento de experiências.





Os temas presentes neste livro nos convidam a olhar para uma clínica engajada politicamente, que prima pela ética do cuidado, e que ultrapassa os muros de uma clínica tradicional e solipsista. É uma clínica gestáltica que ultrapassa fronteiras, que tem música, sons, que reverbera e que mobiliza o campo para abrir espaços para a novidade. É uma clínica do contato com o novo e do contato com o diferente!

Lázaro Castro Silva Nascimento

Kamilly Souza do Vale

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
INTERLOCUÇÕES GESTÁLTICAS ENTRE A PSICOTERAPIA DE GRUPO E A INTERVENÇÃO COM CASAIS	
Kamilly Souza do Vale	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.3762127101	
CAPÍTULO 2	13
UM JEITO DE FAZER GESTALT-TERAPIA: O CASO FRANKLIN E O MAPA DE UMA PALAVRA	
Lázaro Castro Silva Nascimento	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.3762127102	
CAPÍTULO 3	31
A VIOLÊNCIA COMO HÁBITO: LEITURA DE UM FENÔMENO SOCIAL A PARTIR DA TEORIA DO SELF	
Leda Mendes Gimbo	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.3762127103	
CAPÍTULO 4	41
ESCUA MUSICAL, ESCUTA CLÍNICA: PASSAGENS	
Alberto Heller	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.3762127104	
CAPÍTULO 5	53
VIDAS NAS RUAS: VULNERABILIDADES E POTÊNCIAS EM UMA ABORDAGEM GESTÁLTICA	
Isaura Caroline Abrantes Silva	
Welison de Lima Sousa	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.3762127105	
CAPÍTULO 6	67
EXPERIÊNCIA DE INTERVISÃO: POSSIBILIDADE DE CRESCIMENTO DA/DO TERAPEUTA A PARTIR DA POTÊNCIA DA RELAÇÃO	
Natascha Bravo de Conto	
Dafne Thaíssa Mineguel Assis	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.3762127106	

CAPÍTULO 7	80
AJUSTAMENTOS CRIADORES DIANTE DA DICOTOMIA CRIANÇA INTERIOR E ADULTO: A RECONSTRUÇÃO DA VULNERABILIDADE IDENTITÁRIA DIANTE DO TRAUMA	
Lilian Vanessa Nicácio Gusmão	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.3762127107	
CAPÍTULO 8	93
UM OLHAR GESTÁLTICO SOBRE A EXPERIÊNCIA DE PESSOAS MIGRANTES E REFUGIADAS VENEZUELANAS NO BRASIL	
Elis Moura Marques	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.3762127108	
CAPÍTULO 9	105
A CONFLUÊNCIA E O OBSTÁCULO DE CARÁTER AFETIVO NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM	
Ana Karina El Messane	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.3762127109	
CAPÍTULO 10	116
SOMOS CÍCLICAS: CRIATIVIDADE, FEMININO E GESTALT-TERAPIA	
Wanne de Oliveira Belmino	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.37621271010	
SOBRE OS ORGANIZADORES	129

UM OLHAR GESTÁLTICO SOBRE A EXPERIÊNCIA DE PESSOAS MIGRANTES E REFUGIADAS VENEZUELANAS NO BRASIL

Elis Moura Marques¹

A Gestalt-terapia foi parcialmente construída em um contexto de migração. *Ego, Hunger and Aggression: A Revision of Freud's Theory and Method* (1942)² tem seu berço na África do Sul e foi desenhado pelas mãos de uma mulher e de um homem de origem alemã, que fugiam da ascensão do nazismo em seu país. Alguns anos depois, ao continuarem seu movimento migratório, encontraram dois americanos em Nova York, Paul Goodman e Ralph Hefferline, com quem construíram um pouco mais da teoria que nos referencia hoje e que culminou na publicação do *Gestalt Therapy: Excitement and Growth in the Human Personality*³, em 1951, um marco histórico para a Gestalt-terapia.

O contato com a experiência de migração impacta intimamente nossos sentidos de vida. Trata-se de uma experiência de adversidade que convoca intensamente nossa capacidade de ajustamento criativo, afinal, um novo contexto cultural demanda novas estratégias para atender às necessidades que se tornam figura. O olhar gestáltico ressalta a importância do contato com a novidade para um ajustamento criativo possível frente às necessidades que emergem, sendo demandado de nossas fronteiras de contato flexibilidade para assimilar ou rejeitar aquilo que se apresenta como novo.

Nesse sentido, é bastante significativo pensarmos que o conceito de fronteira foi conjuntamente formulado por pessoas que necessitaram atravessar fronteiras reais e que contaram com a flexível aceitabilidade da novidade que eles próprios seriam nos novos países de acolhida. Grande parte das pessoas migrantes e refugiadas de nosso tempo vivenciam um expressivo sofrimento em virtude das rígidas fronteiras geopolíticas que encontram nos países de destino e também das rígidas fronteiras de contato com a comunidade anfitriã, impedindo-as, por vezes, de serem reconhecidas como sujeitos de direitos. Portanto, reafirma-se o que propõe Alvim: “em lugar de separar, a fronteira [deve ser] compreendida como espaço-tempo de encontrar com a diferença e a oportunidade de criação e expansão” (ALVIM, 2019, p. 886).

O número de migrantes internacionais já corresponde a 3,5% da população mundial, totalizando 272 milhões de pessoas. Isso significa que a cada trinta pessoas, uma escolhe

1. Gestalt-Terapeuta. Psicóloga (UFRR). Especialista em Saúde Mental (UCDB) e em Neurociência Clínica (UNYLEYA). Psicóloga Clínica e Trabalhadora Humanitária

2. Obra traduzida e publicada no Brasil em 2002 com o título *Ego, Fome e Agressão: Uma revisão da teoria e do método de Freud*.

3. Obra traduzida e publicada no Brasil em 1997 com o título *Gestalt-terapia*.

migrar para outro país, em busca de melhorias de condições de vida (IOM⁴, 2020). Até o final de 2019, quase 80 milhões de pessoas foram forçadas a escolher se deslocar, para fugir de graves violações dos direitos humanos, como guerras e perseguições a grupos específicos, o que corresponde a 1% da população mundial, número que praticamente dobrou na última década (UNHCR⁵, 2020). O cenário de migração é complexo e multifacetado, e, para a compreensão das singularidades desses grupos, tendo como base as políticas internacionais de proteção, são consideradas pessoas migrantes aquelas que se deslocam de forma voluntária buscando melhoria das condições de vida,

[...] são todas as pessoas que deixam seus países de origem com o objetivo de se estabelecer em outro país de forma temporária ou permanente. Os migrantes podem ter, entre outras, motivações sociais e econômicas, pois tentam escapar da pobreza ou do desemprego, buscando melhores condições de vida, maior acesso a trabalho, saúde e educação (ACNUR, 2012, p. 6).

No que se refere às pessoas refugiadas, o processo migratório implica uma necessidade de proteção internacional:

[...] são todos os homens e mulheres (idosos, jovens e crianças) que foram obrigados a deixar seus países de origem por causa de um fundado temor de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, por pertencer a um determinado grupo social ou por suas opiniões políticas. A legislação brasileira sobre refúgio (Lei 9.474, de 22 de julho de 1997) também reconhece como refugiadas as pessoas que foram obrigadas a sair de seus países devido a conflitos armados, violência e violação generalizada de direitos humanos (ACNUR, 2012, p. 6).

Nesse contexto, a Venezuela vivencia uma grave e generalizada violação de direitos humanos, em razão de uma crise econômica e política que culminou no deslocamento de quase 5 milhões de pessoas nos últimos anos, sendo atualmente um dos maiores deslocamentos internacionais, perdendo em números apenas para o caso da Síria, o que resultou em um aumento de 8 mil por cento de solicitações de refúgio por pessoas dessa nacionalidade (UNHCR, 2020). Trata-se, em sua maioria, de famílias com crianças, mulheres grávidas, pessoas idosas e pessoas com deficiência, que buscam os países vizinhos para escapar da fome, da insegurança e da violência, além das dificuldades que atravessam para acessar serviços essenciais e medicamentos em seu país de origem.

Apesar de a Colômbia ser o destino principal desse público, o Brasil se tornou um dos países de acolhida, em virtude de sua localização geográfica. As autoridades brasileiras estimam que aproximadamente 260 mil venezuelanos residam no país, sendo que, entre 2015 e maio de 2019, o Brasil registrou mais de 178 mil solicitações de refúgio

4. *International Organization for Migration (IOM)*. Em português, Organização Internacional para as Migrações (OIM).

5. *United Nations High Commissioner for Refugees (UNHCR)*. Em português, Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR).

e de residência temporária (UNICEF⁶, 2019). Em junho de 2019, o Comitê Nacional para Refugiados (CONARE) reconheceu a situação de grave e generalizada violação de direitos humanos na Venezuela, admitindo 46 mil pessoas venezuelanas como refugiadas no Brasil. No entanto, até julho de 2020, foram registradas mais de 130 mil solicitações de reconhecimento da condição de refugiado(a) por venezuelanos(as) no país (UNHCR, 2020). Atualmente, a situação de vida dessa população se agravou, devido às medidas restritivas de fechamento de fronteiras em decorrência de políticas sanitárias em relação à pandemia de COVID-19. A impossibilidade de ingresso regular nos países de acolhida impõe o uso de rotas clandestinas, que expõem essas pessoas a outras formas de violação de direitos durante o percurso, e, ao chegarem ao destino, inviabiliza o acesso a documentação e, por vezes, até a serviços essenciais.

Nesse sentido, tem-se um contexto complexo que demanda respostas em diferentes âmbitos, a fim de reduzir os danos produzidos pelo deslocamento forçado em pessoas que já se encontram em situações de vulnerabilidade. Como afirma Alvim sobre a invisibilização dos corpos vulneráveis ao nosso redor,

[...] não nos é recomendado tapar os olhos para evitar ver o que nos inquietaria ao olharmos, mas, ao contrário disso, lançarmo-nos na aventura do encontro na fronteira, apostando na premissa gestáltica do encontro com a diferença que é o melhor modo de combater a polarização e a invisibilização (ALVIM, 2019, p. 887).

Assim, considerando esse fenômeno migratório que vivenciamos em nosso tempo, a Gestalt-terapia necessita alcançar também esses grupos e suas particularidades. É importante ressaltar que o contato com pessoas migrantes e refugiadas não se restringe às pessoas que moram próximo das fronteiras e/ou em grandes centros urbanos, pois uma das políticas de ajuda humanitária implementadas para o acolhimento da população venezuelana foi justamente o programa de interiorização promovido pela Operação Acolhida⁷, que tem como objetivo facilitar o acesso de pessoas migrantes e refugiadas venezuelanas a outras localidades brasileiras, para que tenham acesso a melhores condições de vida, como acesso a empregos e aos serviços públicos, diminuindo, assim, a concentração de pessoas nas regiões de fronteiras e, logo, a sobrecarga dos serviços públicos. Em meados do mês de abril de 2021, comemorou-se o marco de 50 mil pessoas venezuelanas interiorizadas no Brasil. Além disso, considera-se ainda que o Brasil conta com pessoas migrantes e refugiadas de outras nacionalidades, como vindos do Haiti, que

6. Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF).

7. Força-tarefa humanitária executada e coordenada pelo Governo Federal com o apoio de agências da ONU e de mais de 100 entidades da sociedade civil que oferece assistência emergencial a pessoas migrantes e refugiadas venezuelanas que entram no Brasil pela fronteira com Roraima. A Operação Acolhida está organizada em três eixos: ordenamento da fronteira – documentação, vacinação e operação controle do Exército Brasileiro; acolhimento – oferta de abrigo (Roraima conta atualmente com 11 abrigos, localizados em Boa Vista e Pacaraima), alimentação e atenção à saúde; interiorização – deslocamento voluntário de pessoas migrantes e refugiadas venezuelanas de Roraima para outras Unidades da Federação, com objetivo de inclusão socioeconômica.

se concentram em Santa Catarina, da Síria, que residem principalmente em São Paulo, além das pessoas de origem senegalesa, cubana, angolana, etc., que estão por todo o país (BRASIL, 2020). Reconhecer pessoas migrantes e refugiadas como parte de nossa experiência de campo atual é participar do processo de resgate de suas humanidades, que foram usurpadas, sobretudo daquelas que necessitaram migrar forçadamente e que estão expostas a diversas outras formas de violência em seu novo contexto de vida, como a desumanizante xenofobia. Afinal,

[...] a Gestalt-terapia é, por definição, uma clínica ampliada, um modo de se pensar a intervenção em todo e em qualquer lugar onde existem relações humanas fragilizadas e que precisam de uma atitude diferenciada de atenção a essas demandas. Perceber a vulnerabilidade do campo e pensar ações perante elas é algo que podemos e devemos fazer em qualquer espaço de atuação em que estamos imersos (BELMINO, 2020, p. 205).

Em um viés gestáltico, o sofrimento advindo de situações de adversidade, como emergências e desastres, já vem sendo discutido, ressaltando-se o nosso papel na construção de “espaços para que essas pessoas organizem sua atual condição, assolada pelo sofrimento que não escolheram sentir, através de uma aceitação solidária e incondicional do atual momento que estejam vivendo” (CALIXTO; BELMINO, 2015, p. 213). Nessas situações, o conjunto de representações que formavam o outro social em nós e que nos espelhavam se perde, por isso, faz-se necessário

[...] acolher o sofrimento dessas pessoas, as quais, acometidas de um desastre, perdem as suas ligações com o mundo que lhes constituía como o que foi, é e iria ser. O conhecido “Zé de Joana”, dono da bodega da esquina, não existe mais, sua esposa morreu e sua bodega foi destruída pela água da enchente (CALIXTO; BELMINO, 2015, p. 212).

As produções gestálticas inseridas nessa temática contribuem para a construção de um olhar singularizado para essas experiências de rupturas abruptas com um modo de vida construído, experiências similares ao que é vivenciado por pessoas venezuelanas que migram, sobretudo as que se deslocam forçadamente. Nesse sentido, nosso olhar orienta-se para a experiência de campo e para as vulnerabilidades que emergem, considerando que, na experiência de campo,

[...] no ato de entrega genuína ao(s) outro(s) nos diferentes contextos, podemos perceber que somos convocados a atuar e a ouvir de forma mais intensa diferentes situações que mostram o prejuízo ou comprometimento em uma dessas funções, tal como se essa dimensão se mostrasse mais vulnerável no campo, nos convidando para um fazer específico de suporte a essa função que se mostra vulnerável (BELMINO, 2020, p. 204).

Belmino se refere às funções do sistema *self*, tendo como referência o que Perls, Hefferline e Goodman (PHG 1951/1997) conceberam sobre o fazer clínico a partir de três

lugares, considerando as vulnerabilidades das funções próprias do sistema *self*, pois “como distúrbio das funções de *self*, a neurose encontra-se a meio caminho entre o distúrbio do *self* espontâneo, que é a aflição, e o distúrbio das funções de *id*, que é a psicose” (BELMINO, 2020, p. 235). Nesse sentido, a vulnerabilidade da função personalidade, sendo esta a dimensão antropológica do *self*, produziria uma forma de ajustamento criativo que PHG denominaram como “*misery*” (traduzido como “aflição” na versão brasileira) e que Marcos José Müller-Granzotto e Rosane Lorena Müller-Granzotto traduzem como “sofrimento”. Para os referidos autores, “a clínica do sofrimento, cuja gênese se dá na vulnerabilidade da função personalidade – que é a dimensão antropológica do sistema *self* – é por nós considerada um modo de ajustamento antropológico” (MÜLLER-GRANZOTTO; MÜLLER-GRANZOTTO, 2012, p. 141). Portanto, a dimensão antropológica do ajustamento criativo se refere aos nossos contratos sociais, “com nossa humanidade em sentido civilizatório, cultural e compartilhado de construção de nossas identidades sociais” (BELMINO, 2020, p. 206).

No contexto migratório, sobretudo quando este consiste em um deslocamento forçado, as referências que possibilitam o reconhecimento da identidade que carregamos são arrancadas de forma violenta. São outros os alimentos que nutrem, as palavras que se usam para pedir ajuda perdem o sentido, os ofícios que se desenvolviam são desconsiderados. Dessa forma, emerge o apelo pela inclusão, transformando-nos em corpos solidários que ouvem esse chamado e que oferecem suporte para o resgate da autonomia e da humanidade arrancadas daquelas que sofrem. Por conseguinte, o fazer gestáltico nesses contextos centraliza-se na figura de um cuidador dos vínculos e das relações antropológicas, para além de um analista/terapeuta, pois, “em situações de vulnerabilidade antropológica, os sujeitos estão desprovidos das condições humanas que lhes permitiriam uma *práxis* exercida de forma autônoma” (MÜLLER-GRANZOTTO; MÜLLER-GRANZOTTO, 2012, p. 137). Sendo assim,

[...] somos convocados a construir estratégias de incluir esses sujeitos na vida social novamente, para que eles possam reconstruir as identidades perdidas e poderem novamente participar dos contratos sociais possíveis. Por isso, o Gestalt-Terapeuta, nessas situações, busca ajudar o indivíduo a construir um pedido de socorro e encontrar as necessidades perdidas para conseguir reabilitar a capacidade de autonomia e enfrentamento da situação geradora dessas vulnerabilidades (BELMINO, 2020, p. 217-218).

Para convidá-las(os)(es) a se aproximar dessa realidade migratória e a ouvir o chamado que emerge desse grupo que se tornará cada dia mais presentes em nossa experiência de campo, compartilho agora três experiências que vivenciei com pessoas migrantes e refugiadas venezuelanas em Boa Vista-RR. Ressalto que os nomes adotados nos relatos são fictícios, para preservar as identidades das pessoas que confiaram em compartilhar suas vivências.

OS MAREJADOS OLHOS DOS INJUSTIÇADOS

Pouco depois de me graduar em psicologia, realizei meu primeiro atendimento clínico a uma pessoa venezuelana. Envolvi-me em projetos sociais voltados ao público migrante e refugiado, em um momento em que a resposta humanitária se resumia a solidariedade da sociedade civil. Durante uma caravana que tinha como objetivo fornecer assistência em saúde, voluntariei-me para prestar atendimento psicológico. Nesse dia, realizei alguns acolhimentos, mas, ao encontrar os olhos desse rapaz, fui marcada como testemunha do sofrimento profundo produzido pela injustiça social.

Alejandro aguardava seu atendimento médico, chorando em silêncio no canto da sala. Já havia passado do horário de almoço, porém, ao me deparar com seu olhar, comuniquei à médica que iria atendê-lo que, se ela identificasse a necessidade de encaminhá-lo para atendimento psicológico, eu estaria prontamente aguardando, mesmo que isso significasse o adiamento do meu momento de descanso. Pouco tempo depois, ele já estava na sala improvisada para atendimento psicológico, ainda chorando silenciosamente, o que me fazia lembrar de todas as vezes em que chorei quieta para não incomodar ninguém, compactuando com os introjetos que carrego em minha história.

Era um rapaz *cis*, com seus vinte e poucos anos, tomado por uma febre devida a uma infecção de garganta que já durava alguns dias, da qual não conseguia se curar, pois estava em situação de rua, até então sem acesso a medicação, com dificuldades em se alimentar diariamente e preocupado com a esposa e os três filhos pequenos. “Não é justo”, foi a primeira frase que verbalizou. Em seguida, contou um pouco de sua história: era enfermeiro em seu país de origem, tinha uma casa boa onde vivia com sua família, mas, com o aumento da inflação, necessitou migrar, já que a remuneração pelo seu trabalho não era suficiente para o sustento. Alejandro expressava seu sentimento de injustiça por ter conquistado tanto, no sentido pessoal, profissional e material, e, mesmo assim, sua família estar com fome e dormir há alguns meses em uma praça da cidade. Belmino descreve o sofrimento experienciado nessas condições da seguinte forma:

A pessoa se sente “sem chão”, desesperada e se sente completamente incapaz de fazer qualquer coisa. [...] Clinicamente, ouvi muitas vezes as pessoas nomeando de desespero essa forma de perda de referências ou de violência, pois é como se, perante o desespero, as maneiras de reagir se tornassem praticamente impossíveis (BELMINO, 2020, p. 216).

Não vivi a experiência de vida de Alejandro, mas acessava, em meu imaginário, o sentimento de injustiça que o tomava naquele momento, sobretudo considerando toda a fragilidade que habitava seu corpo pela fome e pelo processo de adoecimento físico. Seu estatuto de humanidade havia sido arrancado violentamente, pois, nessas situações, “o que perdemos não é somente nossa casa, mas, muitas vezes, nossa referência de lar, de tudo que conquistamos ou até mesmo as coisas significativas que nos lembram dos

entes queridos e da nossa história compartilhada” (BELMINO, 2020, p. 213). Pensava que não havia o que ser dito, porém, mesmo assim, tentei dizer. Resgatei em meu discurso as oportunidades que aquele novo contexto poderia lhe proporcionar – como se ele já não soubesse disso.

Nesse sentido, é importante lembrar o que Marco José e Rosane Lorena Müller-Granzotto sugerem ao abordarem o lugar que se deve ocupar frente à pessoa que sofre: *“não se trata de interpretar, dar sentido, fazer por quem sofre, ou coisa do gênero, mas de assegurar um suporte para que o sofredor possa ampliar um protagonismo do qual ele nunca desistiu, mas que não exerce sozinho, razão pela qual nos incluiu”* (MÜLLER-GRANZOTTO; MÜLLER-GRANZOTTO, 2012, p. 175).

Demorei alguns anos para processar e compreender aquele atendimento que me deixara desorientada e marcada profundamente como nenhum outro até o momento, pois, naquele dia, encarei o sofrimento humano na sua expressão mais pura e cruel. Alejandro vivia “a impossibilidade de alcançar uma compreensão sobre o futuro, sobre quais representações poderiam substituir ou recuperar aquelas que foram perdidas” (MÜLLER-GRANZOTTO; MÜLLER-GRANZOTTO, 2012, p. 173), e, naquele momento, tudo o que pude fornecer a ele foi validar e legitimar todo o sentimento de injustiça que o tomava – e que também senti ao ouvir seu relato. Afinal,

em momentos tão desesperadores, quando há uma ruptura do mundo presumido, há a perda do senso de proteção e de segurança e, muitas vezes, a perda da própria fé, o sentir-se verdadeiramente compreendido, confirmada na sua condição de existência, pode trazer o sentimento de esperança tão importante para o enfrentamento e a sobrevivência à tragédia (BRITO, 2019, p. 142).

QUEM TRAZ NO CORPO A MARCA, MARIA

Tempos depois, no meio de uma semana atribulada, um colega de trabalho entrou em minha sala para verificar se eu poderia acolher uma moça que acabara de chegar ali machucada. Maria foi ao meu encontro andando bem devagar e mancando. Carregava em seu pulso uma pulseira verde de hospital, que correspondia à classificação de pouca urgência segundo os critérios utilizados por unidades de saúde de pronto atendimento.

Logo que se sentou, antes de dizer qualquer coisa, colocou sobre a mesa de centro que nos separava sua documentação pessoal, comportamento habitual entre as pessoas migrantes e refugiadas ao acessarem espaços que fornecem ajuda humanitária. Em seguida, foi retirando de uma pasta de documentos organizada suas receitas médicas, exames e encaminhamentos, boletins de ocorrência e, ainda, os documentos referentes ao local em que residia e de que havia sido expulsa há pouco tempo. Pacientemente, eu

a observava expor, em movimentos lentos, todos os seus documentos em meio à sua expressão de dor, pois entendia que aquela era uma forma de ela contar um pouco de sua história. Assim que terminou, foi se reorganizando, puxando as barras de seu vestido justo, prendendo novamente seus cabelos longos e acomodando-se na cadeira em que estava sentada. Perguntei-lhe, então, sobre o que havia acontecido e sobre como poderia ajudá-la, e, em meio a lágrimas, ela começou a relatar as injustiças que havia sofrido na vida. Contou das diversas vezes em que havia sofrido violência física e psicológica e narrou a última, que lhe trouxera ao nosso espaço de acolhimento.

Nesse último episódio, ela havia perdido o direito de residir em seu local de moradia atual e encontrava-se em desespero com a possibilidade de permanecer em situação de rua, demasiadamente exposta a violências. “Não é justo como me trataram”, dizia, chorando. Durante seu desabafo sobre as dolorosas injustiças vivenciadas, mostrou as marcas que seu corpo carregava, principalmente entre seus cabelos, dos golpes que já havia recebido antes. Após ouvir seu relato e verificar se ela necessitava atender a outras necessidades básicas, como tomar água ou ir ao banheiro, além de averiguar se ela havia tido acesso e feito uso da medicação necessária para seu estado de saúde no momento, fui ao encontro da equipe para pensarmos coletivamente as estratégias para protegê-la.

Ao entrarmos em contato com o local que a acolhia, tivemos acesso a uma outra versão da história, o que, por um momento, aliviou-nos, ao proporcionar uma outra dimensão sobre a condição que essa mulher nos relatava. Ao ouvirmos o relato de Maria, fomos também tomados pelo sentimento de injustiça e pelo desejo de reparação. Pensar que um espaço de acolhimento, que deveria proteger pessoas vulneráveis, estava se desassistindo e expondo foi desestruturante dentro do trabalho de proteção com que aparentemente comungamos como trabalhadores(as) da ajuda humanitária. Nesse sentido, descobrir as diversas tentativas de encaminhamento que foram realizadas para o caso de Maria restabeleceu nossa crença no serviço, mesmo considerando suas enormes limitações. No entanto, isso nos colocou em um novo dilema: como proteger essa mulher desassistida?

Maria é uma mulher *trans*, deixá-la em situação de rua significava expô-la a novas violências. Ao encontrar um corpo solidário que acolheu sua dor, Maria, desumanizada em seu lugar de mulher, de venezuelana e de gente, pôde fazer seu apelo por inclusão. Descreveu-se, em sua história, como vítima e omitiu sua autoria em alguns episódios de violência. Quanto a isso, considerando que, muitas vezes, as mulheres *trans* são desumanamente estigmatizadas como agressivas e violentas, aproveito para ressaltar que este relato consiste em um caso específico em que a vítima também foi autora de violência em alguns dos espaços que habitou e que, para preservar sua identidade, não será possível fornecer outras informações que poderiam auxiliar na compreensão das singularidades dessa forma de sofrimento.

Aos poucos, tivemos acesso a informações de outras instituições que relataram

contatos anteriores com Maria e mencionaram a repetição de seus relatos, de que parte não comungavam com a realidade compartilhada, o que, no entanto, não a retirava da condição de vítima, mas apenas indicava outras formas de violências. Ressaltou-se, ainda, que quando suas demandas não eram atendidas ela adentrava um movimento de agressividade, de forma que foi aconselhado cuidado à equipe. Assim, a compaixão que tomava os esforços da equipe em buscar estratégias para seu caso foi se atualizando com as novas informações e a moça começou a ser negativamente interpretada como alguém que queria enganar aqueles que se compadeciam de suas histórias. No entanto, a dor compartilhada em seu relato continuava latente em mim, inclusive ao visualizar todos os seus apelos neuróticos, pois compreendia que, como propõe Belmino,

diferente das experiências neuróticas em que o pedido de ajuda é carregado de inibições, imprecisões e formas manipulativas, [...] nas situações de violação, desespero ou sofrimento, o pedido de socorro é mais explícito, menos carregado desses atravessamentos ambíguos. Por isso, desperta um lugar muito mais solidário em nós enquanto clínicos ou até mesmo como cidadãos. Esse é o motivo pelo qual podemos chamar o apelo produzido pelo cliente nessa situação de ajustamento de inclusão, pois há um pedido genuíno de inclusão e ajuda perante o desespero da situação (BELMINO, 2020, p. 217).

O que acontecia era que Maria havia encontrado em seus relatos de violência uma estratégia de sobrevivência e chegara a um ponto em que era necessário criar novos relatos para garantir que não seria desassistida: por ter sido violentada durante sua vida, sobretudo levando em consideração sua vivência enquanto mulher *trans*, somente a compaixão dos outros lhe asseguraria acesso ao mínimo de dignidade devida.

Ao chegar no contexto brasileiro, porém, sofreu novos episódios de violência, pois, além de ser uma mulher *trans*, agora se tornava venezuelana, condição que “autorizava” outra forma de violência, a xenofobia. É somente por meio do acesso à sua condição de existência violentada pelos outros que seria possibilitado o acesso a condições dignas de vida. Assim, quando sua estratégia falhava, ela entrava em crise, pois esse era seu recurso primordial: contar com a compaixão alheia. Se o outro não se compadecia de sua situação de vida, ela era impedida de atender às suas necessidades; logo, esse outro também se tornava seu violentador, e, dessa forma, Maria precisava se defender com a mesma violência que a marcara. No entanto, apesar das justificativas impressas em sua bagagem de desassistências, continuava sendo uma mulher que necessitava de proteção, de modo que desenvolveu uma forma neurótica de lidar com a realidade, pois havia sido lançada em um mundo que constantemente a expunha ao sofrimento.

Esse apelo aflitivo precisa ser ouvido, para que não nos dessensibilizemos ao presenciar os apelos neuróticos dessas vivências tão carregadas de dor e violação de direitos, afinal, “a expressão do sofrimento é um ajustamento criativo, um pedido de

inclusão em uma realidade que é a nossa solidariedade” (MÜLLER-GRANZOTTO; MÜLLER-GRANZOTTO, 2012, p. 175). Como diria Milton Nascimento, Maria é uma mulher que merece viver e amar como outra qualquer no planeta, com suas manhas, graças, sonhos e tendo assegurado o direito à sua estranha mania de ter fé na vida.

(RE)CONSTRUINDO LAÇOS ENTRE CORPOS SOLIDÁRIOS

Durante minha experiência como docente, fui convidada por um querido professor do departamento de antropologia para mediar oficinas de gênero com mulheres migrantes, em um projeto de integração entre mulheres maranhenses, indígenas e venezuelanas. O projeto teve como proposta oferecer espaços formativos para refletir sobre relações de gênero, facilitar o processo de integração entre mulheres de identidades sociais distintas que compõem os setores populares, além de disponibilizar o acesso a informações sobre direitos sociais e locais de acesso em caso de direitos violados, sobretudo considerando o novo contexto de moradia em relação às mulheres venezuelanas.

Ao longo das oficinas, foram promovidas reflexões sobre os papéis sociais desempenhados por mulheres e homens, bem como sobre os reflexos dessas performances como mães e pais nos cuidados com filhas e filhos, além de serem incitados outros pensamentos sobre equidade de gênero e apoio comunitário. Durante o compartilhamento das vivências, um sentimento figurou em meio aos discursos: a desumanização. As participantes rememoravam as vezes em que haviam sido reduzidas a uma única característica e ressaltavam como essa redução autorizava que fossem alvos de violências. Tornaram-se venezuelanas antes de serem mulheres, mães, vizinhas, esposas, amigas, gente. Sendo venezuelanas, perdiam também seu lugar como trabalhadoras que mereciam um pagamento justo pelas atividades desempenhadas ou seu lugar como cidadãos de direitos para acessar serviços de saúde para si e para suas crianças. Sendo assim, compartilharam como aprenderam a silenciar, para que seus sotaques não fossem reconhecidos e, assim, suas origens reveladas. Foram estigmatizadas e reduzidas, e o ajustamento criativo que encontraram foi se calar. As mulheres maranhenses que acompanhavam, atentas e emocionadas, o compartilhamento de experiências, também acessaram suas vivências de xenofobia durante seus processos migratórios, na década de 1980. Relembrou suas infâncias e o fato de que evitavam se comunicar na escola, para não serem vítimas de preconceito linguístico.

Assim, esse encontro de experiências comuns, mesmo consideradas as diversas singularidades das experiências, promoveu uma potente forma de integração social, tal como sugere Alvim: “uma dimensão comum e uma dimensão de diferença e estranhamento que movimenta a criação e que seja transformadora da situação” (ALVIM, 2019, p. 886). Sendo assim, foi possível para essas mulheres reconhecer e acessar o sofrimento

compartilhado enquanto comum, reconhecendo na pele as dores das outras, sendo convocadas a participar do processo de resgate da humanidade daquelas que sofrem, transformando-se, dessa forma, em corpos solidários.

Outro momento potente promovido foi o reconhecimento de outra característica comum entre elas: a condição de ser mulher em um mundo desigual e violento. Por meio de uma atividade que teve como proposta a ampliação da *awareness* sobre as performances de gênero desempenhadas nos âmbitos conjugais, familiares, comunitários e sociais, foi possível a percepção de que viviam um sofrimento comum, agravado pelas intersecções entre gênero, classe, raça, sexualidade e nacionalidade. Nesse sentido, foram de suma importância as experiências compartilhadas entre as mulheres, validando suas descobertas, seus equívocos, seus recursos e suas vitórias, acolhendo o sofrimento umas das outras, encontrando saídas coletivamente e criando estratégias de sobrevivência. A experiência dos encontros promoveu, ainda, a construção de laços comunitários e o fortalecimento de uma rede de apoio, tão urgentes no contexto de migração, reafirmando o que propõe Cardella, ao afirmar que

a vida humana é sempre vida de alguém, que acontece em meio aos outros. O outro, o diferente, o estranho nos limita, desafia, contesta, desaloja, desarruma e também confirma, testemunha, acolhe e se deixa transformar pelo nosso modo de ser. Paradoxalmente, nos faz outros para nós mesmos e possibilita que nos apropriemos do próprio (CARDELLA, 2017, p. 113).

Por meio das atividades de ampliação de *awareness*, foi possível entrar em contato com construções sociais introjetadas do ser mulher, brasileira, venezuelana, migrante, refugiada, abrindo-se espaço para a ressignificação de conceitos e comportamentos e para a atualização necessária ao crescimento, situado na fronteira de contato com a alteridade e com a comunalidade, dimensões essenciais para o ajustar-se criativamente à realidade. Na fronteira de contato da diversidade social, encontros autênticos e genuínos mobilizaram os afetos, ressignificando barreiras, criando pontes, laços e solidariedade. Como diz Cardella, “para a Gestalt-terapia, viver na fronteira, então, é viver na comunidade: estar com o outro sem deixar de ser si mesmo e para poder se tornar si mesmo” (CARDELLA, 2017, p.132). O contato com a novidade produziu aquilo a que se propõe: crescimento. Por fim, encerro esses relatos com as palavras de Paulo Freire, lembrando nosso papel político de instigadores para o processo de transformação social, pois “não haveria criatividade sem a curiosidade que nos move e que nos põe pacientemente impacientes diante do mundo que não fizemos, acrescentando a ele algo que fazemos” (FREIRE, 2019, p. 33). Compartilho essas histórias para instigar a curiosidade sobre esse contexto de atuação e para mover mais corpos solidários que possam amplificar as vozes dessas pessoas que se silenciam por proteção. Convido, assim, a alcançarmos e incluirmos as pessoas migrantes e refugiadas em nossos olhares e práticas de cuidado, pois reconhecê-las e nomeá-las é

participar do resgate de suas humanidades violadas. Que nossos corpos solidários sejam instrumentos da transformação social, acolhendo, cuidando, amando e integrando pessoas migrantes e refugiadas que buscam nossos olhos, ouvidos e corações como espelhos da própria alma.

REFERÊNCIAS

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS (ACNUR). **Direitos e Deveres dos Solicitantes de Refúgio e Refugiados no Brasil**. Brasília, 2012.

ALVIM, Monica Botelho. A Gestalt-Terapia na Fronteira: Alteridade e Reconhecimento como Cuidado. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 19, n. 4, p. 880-895, 2019.

BELMINO, Marcus César de Borba. **Gestalt-terapia e experiência de campo: dos fundamentos à prática clínica**. Jundiá: Paco, 2020.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Refúgio em Números**. 5ª Edição. Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Comitê Nacional para os Refugiados. Brasília, DF: OBMigra, 2020.

BRITO, Maria Alice Queiroz de. Um olhar da Gestalt-terapia em intervenções de situações de emergência e desastre. *In*: CARDOSO, Cláudia Lins; GIOVANETTI, José Paulo. **Sofrimento humano e cuidado terapêutico**. Belo Horizonte: Artesã Editora, 2019. p. 129-147.

CALIXTO, Anny Carolyn Leite; BELMINO, Marcus César de Borba. A psicologia frente às emergências e desastres: contribuições da Gestalt-terapia. *In*: BELMINO, Marcus César (Org.). **Gestalt Terapia e atenção psicossocial**. Vol. 1. Fortaleza: Premium, 2015. p. 187-217.

CARDELLA, Beatriz Helena Paranhos. **De volta para casa: Ética e poética na clínica gestáltica contemporânea**. Amparo: Gráfica Foca, 2017.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. 61º ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019.


FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA INFÂNCIA (UNICEF). **Crise migratória venezuelana no Brasil: O trabalho do UNICEF para garantir os direitos das crianças venezuelanas migrantes**. Brasília, 2019.

MÜLLER-GRANZOTTO, Marcos José; MÜLLER-GRANZOTTO, Rosane Lorena. **Clínicas gestálticas: Sentido ético, político e antropológico da teoria do self**. São Paulo: Summus, 2012.

PERLS, Fritz; HEFFERLINE, Ralph; GOODMAN, Paul. **Gestalt-Terapia**. São Paulo: Summus, 1997.


INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR MIGRATION (IOM). **World migration report 2020**. Genebra, 2020.

UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES (UNHCR). **Global trends: Forced displacement in 2019**. Genebra, 2020.



Processos em Gestalt-terapia: casos clínicos, ensaios teóricos

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br



Processos em Gestalt-terapia: casos clínicos, ensaios teóricos

 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 @atenaeditora
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br